

O MUSEU E A REABILITAÇÃO, O QUE TEM A VER?

Roberta Gonçalves¹

Leonardo Oliveira²

Nathália Santos³

RESUMO

O trabalho circunscreve uma questão levantada em um encontro entre uma profissional de um centro de reabilitação e um educador de museus para fazer algumas pontuações que articulem o campo museológico e as instituições que atuam com pessoas com deficiência que estão em reabilitação. Ressalta a importância de um trabalho articulado que faça uso da experiência museológica como um dispositivo capaz de aplicar o modelo social da deficiência.

*

Introdução

Em 2018, a equipe do Museu Histórico Nacional – MHN procurou a Associação Fluminense de Amparo aos Cegos – AFAC, através do educador Leonardo Oliveira, para oferecer uma visita acessível do projeto Bonde da História: Violências Históricas⁴. Este contato foi repassado para a psicóloga, que já vinha buscando uma aproximação com setores educativos de museus para a realização de atividades extra-muros que pudessem acontecer de forma articulada com os objetivos da reabilitação. Após esse primeiro contato, foram realizadas duas visitas da psicóloga ao MHN.

¹ Psicanalista e audiodescritora em formação. E-mail: robertafagundesg@gmail.com

² Educador e consultor do Museu Histórico Nacional – MHN. E-mail: leobassrj@gmail.com

³ Historiadora e educadora do Museu Histórico Nacional – MHN. E-mail: nathaliamasantos@hotmail.com

⁴ O projeto tem o objetivo de apresentar uma visão crítica da história nacional, construída com fins pedagógicos e lúdicos pela equipe de educação museal da instituição, a partir de recortes temáticos relacionados ao acervo exposto no museu e explorando também histórias, discursos e manifestações culturais ausentes. Alicerçada em uma concepção decolonial e intercultural da história e da prática pedagógica, o Bonde da História tem se consolidado como marca educativa da instituição, ampliando o alcance educativo a públicos há tempos não contemplados, criando uma audiência cativa, atraída pelas temáticas abordadas e a perspectiva dialógica das visitas e oficinas (Documento interno de sistematização de atividades – MHN).

Uma primeira com a museóloga responsável pelo setor educativo e uma segunda com o educador. Essa ida até o espaço museal foi pensada no sentido de entender melhor a oferta do setor educativo e pensar de que forma poderia realizar-se a visita, levando em conta os objetivos da reabilitação.

No encontro com Leonardo, este questionou o interesse por uma conversa anterior à visita ofertada, interrogando o que teria a ver a reabilitação com o museu. Nesta troca foi posta a questão do diferencial do público: grande parte das pessoas atendidas pela associação vivem em situação de vulnerabilidade social, além da perda visual recente ou iminente. A partir daí, concordaram com a possibilidade de ter na presença dele um ponto importante de identificação e representatividade, já que o mesmo é pessoa cega.

Esta questão levantada em torno da relação do museu com a reabilitação merece ser destacada. Não é nada óbvia e tampouco sem importância. Passados mais de dois anos deste primeiro encontro, ela ainda importa e pretendemos sustentá-la para que tanto os espaços museais quanto as instituições que atuam com pessoas em reabilitação possam considerá-las.

1. A experiência

A partir desses dois primeiros contatos, foi sugerida uma roda de conversa na AFAC com a presença da equipe do MHN para que esta pudesse falar sobre a oferta da visita, sobre o museu e para conhecer os usuários do serviço. A roda, no entanto, foi ampliada para outros parceiros de rede ligados à cultura e teve a presença de grande parte das pessoas com deficiência visual atendidas na instituição, além de alguns profissionais da reabilitação.

Durante a roda, foi possível verificar o interesse e surpresa de alguns usuários em saber sobre locais e atividades acessíveis, como, por exemplo, a Biblioteca Municipal de Niterói. Também foi comum o relato das dificuldades na divulgação de ações acessíveis, tanto por parte dos espaços de cultura, que não conseguem chegar diretamente a este público, quanto por parte das pessoas com deficiência visual no acesso à divulgação das ações.

Outro ponto foi o interesse por parte dos espaços de cultura em conhecer melhor o público com deficiência, seus interesses, e como agir com este. Por outro lado, percebeu-se, também, a necessidade dos usuários do serviço de reabilitação em falarem sobre as dificuldades encontradas no dia a dia.

Nesta roda, houve também a proposta de uma visita ao submarino da Marinha no Centro do Rio de Janeiro. A proposta partiu do pai de uma adolescente atendida na instituição que já havia trabalhado no “navio cego” em questão. A oferta foi um sucesso e acabou por ser realizada antes da visita ao MHN.

1.1. As visitas ao submarino da Marinha e ao MHN

A visita à Marinha foi realizada com um número grande de pessoas, com presença da equipe do MHN, usuários acompanhados de familiares e alguns terapeutas da reabilitação. O trajeto até a Marinha foi pensado pelas terapeutas de forma que pudesse ser aproveitado para o treino das técnicas de orientação e mobilidade, assim como conversas sobre as dificuldades encontradas no percurso. A entrada no submarino foi realizada com pequenos grupos por vez, com mediação do proponente, que contou histórias vividas em suas missões ali realizadas e foi muito bem apreciado pela maioria, tendo a presença e o apoio do educativo da Marinha, que disponibilizou uma réplica do navio para que fosse tocada pelas pessoas que assim desejassem, além de todo acolhimento e logística no espaço.

Na semana seguinte à visita, foi realizada uma outra roda de conversa na AFAC com a presença da equipe do educativo da Marinha e demais participantes. A proposta foi abrir um espaço para se compartilhar as dificuldades encontradas, os pontos positivos e as impressões de todos, numa retomada conjunta da experiência. A troca foi muito rica, e temas diversos foram levantados, pondo na mesa questões para serem pensadas coletivamente, tais como: a importância da bengala e o lugar que tem para a pessoa cega e para a pessoa com baixa visão; o lugar do terapeuta nessas visitas; a relação do acompanhante/familiar na vida e no processo de reabilitação; o tempo da visita; o número de visitantes; os recursos disponibilizados; e se a visita teria sido apenas um passeio ou algo a mais.

Em meio às adversidades mais gerais, questões subjetivas também

apareceram. Um dos participantes relatou que, ao sair para o ponto de encontro combinado, havia percebido que já fazia mais de dois anos que estava praticamente recluso em casa, e que esse tempo coincidia com o início de sua perda visual. Nesse processo, também se deu conta da importância que a bengala teria no seu percurso, já que havia tido dificuldades no trajeto. A possibilidade do uso da bengala era um dos impasses do seu processo de reabilitação.

Dois meses após a ida à Marinha foi realizada a visita ao MHN, mediada por Leonardo e Nathália, ambos educadores e responsáveis pela sistematização e aplicação da ação educativa. O participante da visita anterior chegou ao MHN com a própria bengala, o que podemos considerar um passo importante no seu processo de reabilitação, juntamente com o interesse por repetir uma experiência cultural compartilhada num espaço público.

2. Desdobrando a questão: museu e reabilitação, o que tem a ver?

A ideia, neste pequeno relato de ações conjuntas, é ressaltar alguns pontos importantes que estejam relacionados aos dois campos da questão acima levantada: o museológico e o da reabilitação. A ponte que usaremos aqui para unir os dois campos será tecida por algumas palavras que virão a seguir: pessoas com deficiência, acessibilidade, experiência e participação social. Essas palavrinhas, algumas combinadas em expressões, cabem nos dois campos e, para isso, faremos com elas uma pequena costura na tentativa de enlaçá-los.

Os centros de reabilitação são serviços especializados previstos em lei como um dos direitos das pessoas com deficiência. Têm por objetivo contribuir para que essa população possa viver com igualdade com as demais pessoas. Isso implica em prover, através da contribuição de profissionais especializados e recursos assistivos, o suporte e o desenvolvimento de potencialidades, habilidades cognitivas, emocionais, sensoriais, entre outras e, também, intervenções no ambiente.

Mas que população é essa que faz uso dos centros e serviços de reabilitação? Toda pessoa com deficiência precisa da reabilitação? As pessoas que chegam na reabilitação ou habilitação geralmente são

crianças que nascem com alguma deficiência ou pessoas que por alguma razão vieram a se tornar pessoas com deficiência. Isso implica, no primeiro caso, em um possível sofrimento por parte da família e, no segundo caso, sofrimento pela própria pessoa em questão. Portanto, podemos considerar a reabilitação como um dispositivo necessário com uma função importante, tanto para o acolhimento das questões surgidas neste momento quanto para o apoio à uma reorganização que contribua para que a autonomia e participação social sejam alcançadas.

O campo museológico, por sua vez, vive hoje um processo rico em debates importantes quanto à sua função social alavancada por um movimento que impulsionou uma transformação no campo da Museologia (BRUNO, 2020). O movimento por uma Nova Museologia veio na tentativa de implicar os museus e seus espaços nas questões políticas e sociais de seu tempo. Com seu potencial de comunicar, educar, fazer reconhecer a cultura e o patrimônio, para além da conservação de objetos, o museu tem hoje em seu escopo de importantes discussões a centralidade nas demandas sociais e políticas e nas pessoas, seus territórios e seus corpos, favorecendo a cidadania, a diversidade cultural e a participação social (CHAGAS et al., 2018).

No campo das deficiências, as transformações mais importantes também se deram a partir de um movimento social. O movimento das pessoas com deficiência teve início em meados do século XX, em favor da reivindicação do reconhecimento dessa população como passível de participar na vida social e política, tendo deixado como legado o lema “Nada sobre nós sem nós”. Corpos que precisam ser reconhecidos em suas diferenças e potencialidades, e que são vistos como deficientes por uma lógica cristalizada de hierarquização em relação às capacidades e habilidades dentro de uma sociedade que se constrói a partir de uma corponormatividade. É a partir daí que surge a proposição do modelo social da deficiência em oposição ao saber sobre os corpos do modelo biomédico, pautado em adequações, cura, e o suprir faltas (ALVES; MORAES, 2019).

A acessibilidade, no entanto, é ponto fundamental para uma participação social em igualdade de oportunidades, permitindo o atravessamento das barreiras encontradas pelas especificidades demandadas pelos diferentes corpos. Sarraf (2018) destaca a particularidade

do conceito de acessibilidade cultural no Brasil, que se inscreve dentro de uma reivindicação por participação no fazer e no fruir cultural pelas pessoas com deficiência e, apesar de terem nas pessoas com deficiência os maiores beneficiados, acaba por beneficiar a diversidade humana em geral.

No Brasil, a luta pela acessibilidade cultural voltada às pessoas com deficiência teve seu fortalecimento no interior do Ministério da Cultura – MINC por um movimento de pessoas engajadas e implicadas com a questão, e teve na oficina “Nada sobre Nós sem Nós”, em 2008, um grande marco. A oficina, realizada de forma participativa pela Secretaria da Diversidade Cultural do MINC, resultou em um documento com indicativos e diretrizes de ações em defesa do direito cultural das pessoas com deficiência no âmbito das Políticas Públicas (DORNELES et al.; 2020).

Podemos dizer, então, que os dois campos, o museal e o da reabilitação, estão marcados por este atravessamento que implica transformação social e mudança de paradigmas no que diz respeito à diversidade humana. O museu revendo sua função, numa direção de reparação e inclusão da diversidade cultural e humana, e as instituições de reabilitação tendo em suas mãos a responsabilidade de avançar nesta pauta ou fechar os olhos para ela?

2.1. A experiência acessível

A acessibilidade vem possibilitar a inclusão da diferença, facilitar e promover a participação nos diferentes espaços compartilhados, muito embora não dê conta de promover uma participação efetiva e integral das pessoas nas ações. Ressaltando a importância de uma prática de acolhimento e cuidado, Alves e Moraes (2019) sustentam que a informação é diferente da experiência, quiçá é o seu avesso. E destacam o acolhimento e o cuidado como fatores essenciais para uma experiência estética nos museus e espaços culturais:

Afirmamos que é apenas a partir das discussões sobre cuidado, interdependência e potencialidades dos corpos deficientes, que podemos pensar em uma acessibilidade estética como dispositivo de inclusão das pessoas com deficiência em Museus e Espaços Culturais. (ALVES; MORAES, 2019, p. 5).

As autoras defendem ainda que a mediação cultural é importante para levar adiante a proposta da acessibilidade sendo “uma ação de estar entre muitos, como uma ação de afetar e ser afetado” (ALVES; MORAES, 2019, p.6), envolvendo vidas e histórias que não são dadas a priori, mas estão num devir como todas as histórias sempre estão. Destacam, por fim, que o público em questão é atravessado pelo sofrimento da perda de algum sentido e/ou experiências ditas minoritárias, e que o trabalho de mediar ajuda na construção de memórias com as pessoas.

3. Algumas considerações

A partir do exposto, pensamos que é possível, e diríamos necessário, unir os objetivos dos dois campos para aplicar o modelo social da deficiência. As pessoas que estão lidando com a perda da visão como uma transformação, uma ruptura no corpo e na vida, são inevitavelmente atravessadas pelo luto. As propostas de ações culturais acessíveis, mediadas com o acolhimento e cuidado devidos, podem contribuir como experiência transformadora e na elaboração do luto, abrindo novos horizontes.

Se os espaços de reabilitação se tornarem guetos, espaços fechados, as pessoas provavelmente se fecharão ali. Encontrar apoio e assistência neste momento é tão essencial quanto perigoso, de acordo com o direcionamento que seja dado às suas ações. A tendência ao fechamento ou submissão aos direcionamentos dados em um momento de vulnerabilidade podem promover embotamento ou passividade. É preciso entrar na pauta dos serviços de reabilitação o debate, a reflexão e o conhecimento da história do movimento das pessoas com deficiência, tanto para seus profissionais quanto para seus usuários. E para que essas interlocuções e trocas sejam possíveis é preciso que o cuidado em reabilitação assuma seu papel de ponte e facilitador para que o modelo social da deficiência passe a ser de fato o paradigma, dando lugar para que essas ações conjuntas se realizem.

Como bem pontuou Izabel Maior em entrevista ao Café Filosófico – CPFL, programa exibido em 19 de junho de 2016⁵, é normal que alguém que se encontre em uma situação nova de limitação física ou sensorial, ou

5 O programa em questão está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jQKD5mIMJsM&t=1016s>

familiares que sejam confrontados com a possibilidade de terem um filho ou filha com deficiência, se sintam fragilizados ou com medo. Mas não é admissível que profissionais de saúde contribuam para isto. A discriminação pautada em uma sociedade que não suporta a diferença e a diversidade ainda é uma grande barreira a ser atravessada, quiçá a maior delas.

REFERÊNCIAS

ALVES, C.; MORAES, M. Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: uma prática de acolhimento e cuidado. **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia**. vol.19, nº 2. 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/44287/30185>>. Acesso em: 01 de out. de 2020.

BRUNO, C. Museologia: entre abandono e destino. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Museologia & Interdisciplinaridade**. Vol. 9, nº17. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31590/26128>>. Acesso em: 01 de ago. de 2020.

CHAGAS, M. et al. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Vol 55 nº 11. 2018.

DORNELES, P. S. et al. **Cidadania Cultural, tecnologia assistiva e pessoa com deficiência**. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, [S.l.], vol. 10, nº 19, 2020. P. 91-117.

SARRAF, V. Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, nº 6, junho, 2018. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/d1209a56/acb3/4bc1/92cc/183d6c085449.pdf>>. Acesso em: 01 de ago. de 2020.